

## Artigo de opinião

# Porque avaliar iniciativas de inclusão produtiva com enfoque racial

## Why we should evaluate productive inclusion initiatives with a racial focus

Mariana Neubern de Souza Almeida<sup>1</sup> , Vivianne Naigeborin<sup>2</sup>\*

<sup>1</sup>Fundação Tide Setubal, São Paulo, SP, Brasil

<sup>2</sup>Fundação Arymax, São Paulo, SP, Brasil

Mariana Neubern de Souza Almeida, branca, diretora executiva na Fundação Tide Setubal.

Vivianne Naigeborin, branca, superintendente na Fundação Arymax.

**COMO CITAR:** Almeida, Mariana Neubern de Souza, & Naigeborin, Vivianne (2023). Porque avaliar iniciativas de inclusão produtiva com enfoque racial. *Revista Brasileira de Avaliação*, 12(2 spe), e122223. <https://doi.org/10.4322/rbaval202312022>

### Resumo

O Brasil é um dos países latino-americanos em que mais cresceu a pobreza extrema na última década. Políticas públicas voltadas ao combate à pobreza incluem em sua estratégia a inclusão produtiva, a transferência de renda e o acesso a serviços públicos. Mas enquanto estes últimos dois eixos passam por importantes debates, a inclusão produtiva recebe pouca atenção. Para entender os desafios enfrentados pelo Brasil neste campo devemos considerar não somente indicadores sociais e econômicos, mas nossa herança histórica. Com essa realidade em perspectiva, parece urgente que comecemos a avaliar e propor melhorias nos programas de inclusão produtiva a partir de um recorte racial, como uma forma não só de reparação, mas um caminho para melhorar a efetividade das políticas implementadas. O artigo traz recomendações sobre como adotar o enfoque racial nas avaliações de programas de inclusão produtiva e permitir reorganizar o sistema de geração de trabalho e renda no país.

**Palavras-chave:** Avaliação. Inclusão produtiva. Desigualdade racial.

### Abstract

Brazil is one of the Latin American countries where extreme poverty has grown the most in the last decade. Public policies aimed at fighting poverty include productive inclusion, income transfer and access to public services in their strategy. Nevertheless, while these last two axes undergo important debates, productive inclusion receives little attention. To understand the challenges faced by Brazil in this field, we must consider not only social and economic indicators, but our historical heritage. It seems urgent that we begin to evaluate and propose improvements in productive inclusion programs from a racial point of view, as a way not only of reparation, but mainly to improve the effectiveness of implemented policies. The article offers recommendations on how to adopt a racial approach in the evaluation of productive inclusion programs and allow for the reorganization of the work and income generation system in the country.

**Keywords:** Evaluation. Productive inclusion. Racial inequality.

A RBAVAL apoia os esforços relativos à visibilidade dos autores negros na produção científica. Assim, nossas publicações solicitam a autodeclaração de cor/etnia dos autores dos textos para tornar visível tal informação nos artigos.

**Recebido:** Junho 23, 2023

**Aceito:** Junho 28, 2023

**\*Autor correspondente:**

Vivianne Naigeborin

E-mail: [vivianne.naigeborin@arymax.org.br](mailto:vivianne.naigeborin@arymax.org.br)

**Instituição Parceira:** Fundação Arymax e Fundação Tide Setubal.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



O Brasil foi um dos países da América Latina em que mais cresceu a pobreza extrema na última década, atingindo 8,3% da população (CEPAL, 2022). São quase 18 milhões de pessoas vivendo com menos de US\$1,90 por dia. São muitas as razões para a persistência desse cenário, mas entre elas está a falta de efetividade das políticas públicas na área de inclusão produtiva<sup>1</sup>, ou seja, a dificuldade de se implementar ações que garantam a inserção efetiva e consistente de pessoas no mercado de trabalho.

Desde a criação do Programa Brasil Sem Miséria, em 2011, as políticas públicas voltadas ao combate à pobreza incluem de maneira explícita em sua estratégia a questão da inclusão produtiva, sendo este um dos três eixos de ação, em conjunto com a transferência de renda para alívio imediato da condição da família e o acesso a serviços públicos. Mas enquanto estes últimos dois eixos passam por importantes debates na sociedade e são objeto de grandes aportes orçamentários, a inclusão produtiva ainda recebe pouca atenção do ponto de vista analítico, ficando em segundo plano a discussão sobre o quanto as atividades de qualificação e promoção do acesso à renda conseguem alcançar os seus objetivos e o que poderia ser feito para aprimorá-las.

Segundo relatório do Instituto Veredas (2019) que analisa os principais fatores que provocaram mudanças nos indicadores sociais da América Latina nas últimas décadas, 54% foram fruto de fatores cíclicos como, por exemplo, o ciclo das *commodities* de 2003 a 2013, 33% devido a programas de transferência de renda e somente 13% resultado de mudanças estruturais na renda.

Para entender os desafios enfrentados pelo Brasil no campo da inclusão produtiva, porém, não é suficiente considerar somente indicadores sociais e econômicos, mas também compreender aspectos estruturais constituídos ao longo da nossa história que até hoje influenciam a dinâmica de nossa sociedade. Durante quase quatro séculos de exploração colonial europeia, o Brasil teve na força de trabalho escrava seu modelo de produção. A abolição da escravatura em 1888 não foi acompanhada de quaisquer iniciativas de integração de negros e negras a um regime de trabalho remunerado, tampouco de qualquer ação que promovesse sua integração social. A resolução dada à falta de mão de obra com o fim do trabalho escravo foi a incorporação da força de trabalho de imigrantes europeus, enquanto ex-escravizados foram colocados à margem do mercado de trabalho.

Fica clara, portanto, a necessidade de se pensar abordagens inovadoras que conciliem a inclusão social com a inserção efetiva na atividade econômica, tendo como ponto de partida o reconhecimento de nossa herança histórica.

Por tudo isso, entendemos que um dos aspectos fundamentais que ainda permanece fora do debate e que pode ser determinante para a melhoria dos resultados das políticas de inclusão produtiva é o enfoque racial.

Considerando seu escopo de atuação, a efetividade das intervenções no campo da inclusão produtiva talvez seja a que mais envolve o reconhecimento das particularidades dos indivíduos para quem elas são formuladas. Isso porque a geração de trabalho e renda, seja por meio da qualificação de pessoas, acesso a crédito ou conexão com o mercado, envolve em última instância o engajamento dos próprios indivíduos em uma mudança na sua dinâmica de vida de modo a garantir uma boa interação com mercado. Ou seja, as pessoas precisam mudar suas rotinas, apostar em novas redes de convívio e mercado, aceitar o risco de crédito e o planejamento de crescimento em novas atividades. São tarefas complexas e que pressupõem uma reorganização no campo psíquico e subjetivo. Nesse sentido, cabe a pergunta: quem são as pessoas que passarão por esse processo? Em geral, uma característica fundamental passa despercebida das políticas e projetos voltados à inclusão produtiva, a de que o seu público-alvo é predominantemente negro.

Dos 18 milhões de brasileiros extremamente pobres, mais de 13 milhões são homens e mulheres negras, ou seja, quase 75%. No que se refere à inclusão produtiva, levantamento

<sup>1</sup> Definimos Inclusão Produtiva como “a geração de trabalho e renda de maneira estável e decente para as populações em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade social, de modo a facilitar a superação de processos crônicos de exclusão social.” (Instituto Veredas, 2019, p. 21).



do DIEESE (2022), com base em dados do IBGE e PNAD contínua, apontou que enquanto a taxa geral de desemprego ficou em 9,3% no segundo trimestre de 2022, entre as mulheres negras o indicador crescia para 13,9% contra 8,9% entre mulheres brancas. Para homens negros a taxa foi de 8,7% contra 6,1% entre homens brancos, a menor taxa entre os grupos.

Esses dados não são aleatórios e reforçam que não é possível desenhar boas intervenções sem considerar aspectos do racismo que definem as oportunidades e desafios objetivos que foram e são vividos por essas pessoas e que são determinantes na construção de sua subjetividade. Em outras palavras, não se trata apenas de entender quais competências e habilidades são necessárias para melhorar o acesso à renda. Mas também quais as marcas e traumas provocados pelo racismo, que precisam ser desconstruídos para que a participação no mercado de trabalho seja possível e saudável e, mais ainda, que condições do próprio mercado tem que ser repensadas por ainda reproduzirem estruturas de racismo.

As práticas de discriminação racial que ancoraram por séculos a formação do mercado de trabalho brasileiro formaram diferentes tipos de barreiras para a entrada de pessoas negras na atividade produtiva. É sabido, por exemplo, que apenas 5% (Instituto Ethos, 2016) dos cargos de lideranças no universo corporativo brasileiro são ocupados por pessoas negras. Uma realidade que impacta na autoestima, na projeção de futuro, no desempenho em entrevistas de trabalho e em muitos outros aspectos da subjetividade da população negra que, por vezes, não são percebidos por aqueles que avaliam e monitoram programas de inclusão produtiva, sendo estas pessoas, em sua maioria, brancas.

Quando colocamos essa realidade em perspectiva, parece urgente que comecemos a avaliar e a propor melhorias na formulação de programas de inclusão produtiva a partir de um recorte racial, como uma forma não só de reparação em relação às pessoas negras que foram historicamente alijadas dos ganhos do processo de reprodução da riqueza, como também um caminho para de fato melhorar a efetividade das políticas que são implementadas.

Mas como trazer o enfoque racial para os processos de avaliação? O primeiro passo é o reconhecimento de que essa temática importa. O segundo é revisitar os processos e instrumentos de avaliação e identificar as principais mudanças que precisam ser feitas. Incentivar o engajamento de pessoas negras em todas as etapas é uma maneira de garantir a diversidade de olhares e começar a quebrar os vieses sociais inerentes à construção de nossas ferramentas de avaliação, tradicionalmente elaboradas a partir de uma perspectiva branca. Criar indicadores sensíveis à raça e ampliar os métodos de leitura e investigação de causas a partir das informações coletadas é outro passo fundamental. Por fim, é preciso estar aberto para entender que talvez os próprios conceitos de melhoria de desempenho que se quer atingir têm que ser revistos a partir dessa nova perspectiva.

Um dos riscos de se abordar o enfoque racial em avaliações é a identificação de características e vivências comuns ao universo de pessoas negras e passar a querer adaptá-las para uma melhor inserção ao universo branco. Essa não é a abordagem que propomos aqui. É primordial compreender que a formulação de políticas sensíveis à raça não deve trilhar o caminho do embranquecimento da realidade das pessoas negras. Ou seja, não se trata de formar as pessoas para que elas esqueçam sua identidade, que alterem sua aparência, que apaguem sua ancestralidade, suas crenças e sua visão de mundo. Trata-se, sim, de compreender que o mercado de trabalho foi construído a partir de referências brancas, com critérios de comportamento e desempenho que são típicos de uma vivência branca e que dificultam a aproximação de pessoas negras e sua permanência em espaços que poderiam garantir maior acesso à renda. Nesse percurso de reconhecimento, o aprimoramento de práticas não deve recair apenas sobre as competências dos indivíduos, mas também sobre os critérios do mercado.

Uma questão exemplar dessa diferença de abordagem pode ser a variável de análise do tempo. Se levamos em consideração os impactos seculares do racismo, devemos entender que a construção de ambientes propícios ao convívio interracial, com respeito às diferenças e promoção de padrões antirracistas, pode levar mais tempo do que a assimilação de profissionais brancos para as mesmas funções. A questão aqui é entender que esse maior tempo leva a melhores resultados no futuro, seja pelo enriquecimento dos processos oriundos



da prática da diversidade, seja pela possibilidade de maior produtividade e retenção de profissionais, que passam a enxergar o espaço de trabalho como um lugar de construção de convívio. Em outras palavras, avaliar o tempo de adaptação com a régua de quanto menor, melhor, pode ser mais uma barreira de exclusão que inviabiliza a construção de práticas efetivas de inclusão produtiva.

Nesse sentido, ao invés de falarmos em inclusão, talvez fosse mais adequado falar em reorganização produtiva. É disso que se trata. De compreender a realidade racial que engendrou a pobreza e exclusão persistentes em nosso país e se permitir reorganizar o sistema de geração de trabalho e renda, para que ele possa acolher mais gente, com mais diversidade e ajudar na efetiva superação da pobreza em nosso país.

### **Fonte de financiamento**

Não há.

### **Conflito de interesse**

Não há.

### **Referências**

Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL. (2022). *Panorama social de América Latina 2021*. Santiago: CEPAL.

Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos – DIEESE. (2022). *A persistente desigualdade entre negros e não negros no mercado de trabalho*. Recuperado em 28 de junho de 2023, de <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2022/boletimPopulacaoNegra2022.pdf>

Instituto Ethos. (2016). *Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas*. São Paulo: Instituto Ethos/BID.

Instituto Veredas. Fundação Arymax. Fundo Pranay. (2019). *Inclusão produtiva no Brasil*. Recuperado em 28 de junho de 2023, de <https://arymax.org.br/conhecimento/inclusaoprodutivanobrasil/>